



## **Recalcitrante melodia: o cânone do trabalho obnubilado**

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO EM SIMPÓSIO  
SIMPÓSIO: ST 8 – O trabalho no campo da música no Brasil

*Breno Ampáro*  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP*  
*breno\_freire@hotmail.com*

**Resumo.** A presente comunicação propõe um exercício reflexivo no intento de iluminar possíveis investigações interessadas em identificar os problemas, limites e contradições que perpassam o universo das condições de trabalho e organização dos músicos de orquestra. Partindo de uma abstração razoável, pretende-se demonstrar a preponderância de elementos tais como o trabalho, consciência, ideologia e classe perfazem as pontencialidades investigativas do objeto.

**Palavras-chave.** Trabalho, Classe, Ideologia

**Title. Recalcitrant melody: the canon of clouded work**

**Abstract.** This communication proposes a reflective exercise in an attempt to illuminate possible investigations interested in identifying the problems, limits and contradictions that permeate the universe of working conditions and organization of orchestral musicians. Starting from a reasonable abstraction, it is intended to demonstrate the preponderance of elements such as work, conscience, ideology and class make up the investigative potentialities of the object.

**Keywords.** Work, Class, Ideology

### **Prólogo**

*“A história de todas as sociedades existentes até hoje é a história das lutas de classes”*  
*Marx, K & Engels, F.*

Inicia-se a presente reflexão a partir de uma abstração. Imagine-se uma orquestra disposta no palco. Cerca de 100 instrumentistas entre homens e mulheres. Organizadas em naipes, pessoas brancas, negras, pardas unem-se, independente das convicções culturais, orientações sexuais e posições políticas, com um único objetivo, fazer música. Com apenas um gesto, a pessoa - regente - que se coloca a frente desse grupo heterogêneo, conduz o início das ações. A resposta do grupo de instrumentistas é imediata. A música se apresenta. Trajes conspícuos paradoxalmente endossam a discrição dos membros. A orquestra reconhece-se na sua qualidade de coletivo. As individualidades são polifonias cada vez mais diminutas,



engolidas pela massa sonora que se efetiva ao tangenciar das cordas, os sopros de metais e madeiras, aos ataques das percussões. A alvorada sonora se revela.

Ainda no exercício da fantasia, imagine-se que o grupo de instrumentistas ainda sofre um outro tipo de clivagem. Menos notáveis que as multiplicidades já citadas, essa agora diz respeito ao vínculo de trabalho. Alguns músicos gozam de uma relação contratual de tempo indeterminada. Concursados ou não, estabelecem vínculos com a orquestra que os contrata e recebem os vencimentos de seus serviços prestados ao final do exercício de cada mês. Outra categoria de músicos encontrada nessa mesma orquestra, tem seus vínculos mediados por contratos temporários. Variando de 3, 6 a 12 meses, esses músicos vivem um quadro de incerteza com relação a perenidade da sua prestação de serviços. Uma última categoria pode ser imaginada nesse exercício, a de músicos informalmente convidados. Encontram-se no concerto pois fazem parte de um contingente de músicos a substituir possíveis membros faltantes. Por isso, não gozam de um contrato. Sua relação com a prestação de serviço e, por consequência, com a garantia de seu pagamento é mediada pela palavra do músico que os convidou a compor o grupo para aquela ocasião. Exatamente por estabelecerem vínculos distintos com a orquestra em que operam, alguns têm seus salários em dia, outros só recebem no vencimento de seus contratos.

Alguns insatisfeitos, outros fingem não notar a constrangedora situação cotidiana dos colegas. O grupo que, embora, se identifique em sua aparente homogênea efetivação sonora, é incapaz de se reconhecer, na concreticidade de suas relações humanas, enquanto trabalhadores. Por isso não se organizam, não reivindicam e não se posicionam frente ao atraso salarial que mina suas condições de vida e trabalho. Questionar possíveis caminhos para tentar entender alguns motivos pelos quais músicos de orquestra não se reconhecem como um coletivo de trabalhadores; portadores de direitos trabalhistas e; com direito a organização é a reflexão que norteia o presente texto.

## **Música, trabalho e classe: uma trama a ser urdida**

Contrapondo o exercício de abstração proposto no início deste trabalho, de forma concreta e clara, o site da Associação dos Profissionais da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (APOSESP) apresenta em sua seção *Quem somos* que

A Associação dos Profissionais da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo - APOSESP, foi criada em 1987 e congrega todos os músicos titulares da OSESP (Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo), seus convidados e

aposentados. Com estatuto e personalidade jurídica próprios, sempre atuou oferecendo todo apoio e subsídios necessários aos mantenedores da OSESP no intuito de elevar à excelência a música sinfônica no Brasil. Desde 2005 nossa associação coopera com a Fundação OSESP, *não se tratando, em absoluto, de uma instituição sindical ou órgão de classe.* (APOSESP) - grifo meu.

Para além da apresentação da entidade, chama-se a atenção aqui para o fragmento em que arrolam-se elementos para enfatizar o que a associação não é. Não é entidade sindical, nem órgão de classe. Apesar de congrega todos os profissionais da música, entre os que compõem o quadro regular da orquestra, convidados e aposentados, subsidiando e apoiando de forma a manter o nível de excelência musical, o sentido da agremiação busca não se confundir com um coletivo de trabalhadores. Partindo do elemento apresentado, aposta-se aqui na hipótese de que a estratégia adotada pela própria organização ao obnubilar o caráter e os sentidos do trabalho desses profissionais pela aparência de um coletivo de artistas perfeitamente alinhado com os ideias de sua entidade fundadora e mantenedora - Fundação OSESP- não subverte o sentido real da atuação desses músicos e principalmente, o elo central que os mantém ligados a entidade, o trabalho.

Assim, um amplo quadro de possibilidades investigativas se abre no sentido de de problematizar o trabalho em sua dimensão ontológica - etapa ou momento mediador de transformação social entre homem e natureza - inserido historicamente numa dinâmica social em que os complexos culturais, econômicos e políticos determinam-se reciprocamente. Em outras palavras, trata-se de, num exercício de abstração teórica, propor um caminho possível para que se possa tentar compreender causas e efeitos que distanciam a humanidade do reconhecimento e compreensão de seu próprio potencial na identificação do trabalho como momento preponderante, decisivo e transformador da realidade humana.

Assumindo os ricos da narrativa de que dinâmica histórica impôs uma clivagem social entre aqueles que trabalham daqueles que gozam a posse dos meios de trabalho, é preciso perscrutar os elementos que constituem os seres humanos em sociedade, e de que forma esses sujeitos se agrupam, organizam, e se identificam. Assim, elos conceituais como consciência, ideologia e classes tornam-se presentes para o aparato investigativo.

Algo pode ser dito a respeito das etapas dos processos de amadurecimento da consciência. Ainda que trata-se de um invólucro comum a espécie humana, as condições históricas, as subjetividades e principalmente as diferentes culturas interpõe uma dinâmica heterogênea, complexa e particular a cada grupo social em diferentes tempos e lugares. Assim é que pode se dizer que as primeiras formas da consciência se expressam a partir do contato dos seres humanos com seus mais próximos vínculos sociais, ou seja, o seu meio mais imediato, de

onde toda particularidade emanada ao indivíduo, generaliza-se num exercício da própria subjetividade. Isso quer dizer que, a partir das impressões imediatas, o sujeito tende a generalizar os traços das particularidades, alienando-o de uma compreensão mais ampla do mundo, da sociedade e de sua história.

Olhando mais atentamente a etapa de generalização operada pela consciência, é possível perceber como, em certa medida, a alienação aparece como uma determinidade desse processo. Como um nexos decisivo nesse momento, as ideologias de cada época exercem um papel central na constituição das visões de mundo em cada núcleo societal particularmente.

A ideologia não pode ser compreendida apenas como um conjunto de ideias que, pelos mais diferentes meios (meios de comunicação de massas, escola, igrejas, etc.), são introduzidas na cabeça dos indivíduos. (...) Quando numa sociedade de classes, uma delas detém os meios de produção, tende a deter também os meios para universalizar sua visão de mundo e suas justificativas ideológicas a respeito das relações sociais de produção que garantem sua dominação econômica.(...) A ideologia encontra na primeira forma de consciência uma base favorável para sua aceitação. As relações de trabalho já tem na ação prévia das relações familiares e afetivas os elementos de sua aceitabilidade. Antes mesmo que a criança venha a receber qualquer informação sistematizada, já possui um conjunto de valores interiorizados que para ela são verdadeiras e naturais, pois estabelece com eles profundos vínculos afetivos e percebe uma correspondência com as relações concretas em que está inserida.<sup>1</sup>

Vê-se, portanto, que a força operada pelas ideologias determina em grande medida percepções, perspectivas e anseios de mundo forjados à base e estrutura das classes dominantes. Com um massivo poder de veicular, distribuir e cristalizar crenças que conformam as formas de produção social tal qual a manutenção da hierarquia e da divisão de classes, as classes dominantes de diferentes épocas agiam por operar pela hegemonia de suas respectivas visões de mundo. A alienação operada na base dos processos de amadurecimento da consciência paga tributo a essa prática de generalizações de visão de mundo. Somente a partir da percepção e do contato com as contradições da vida cotidiana, que aquela forma primeva de consciência pode ter sua própria perspectiva frustrada. Em certo sentido, pode perceber que as generalizações praticadas a partir de seus núcleos sociais mais íntimos entram em franca contradição com as dimensões da vida objetiva, seja no trabalho, no trato com demais pessoas e diferentes perspectivas.

---

<sup>1</sup> IASI, Mauro Luis. Ensaio sobre a consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2011, pp. 20-22.

A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também *consciência* e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre coisas coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época.(grifo meu) <sup>2</sup>

Ante as determinações históricas que impõe as generalizações ideais operadas pelos anseios das classes dominantes, surgem os antagonismos que materializam outras formas de perceber o mundo. Numa sociedade historicamente marcada pela clivagem de classes sociais, desigualdades estruturais colocam a classe trabalhadora em franca contradição com suas expectativas, tanto materiais quanto espirituais. É no momento em que o acirramento das tensões se expressa coletivamente, a percepção das desigualdades e contradições entra em conflito com aquela forma de consciência primeva. Essa nova forma de consciência caracteriza-se a partir da identificação entre mais membros de uma classe frente às condições que os colocam em situação desfavorável em relação às outras classes da sociedade. Assim, em grupos, esses sujeitos agora organizando-se coletivamente adquirem uma forma de consciência reivindicatória.

Os sentidos históricos que permeiam as ações reivindicatórias das classes trabalhadoras são elementos que possibilitam a identificação dos limites das dimensões estruturais irreconciliáveis postas nas tensões diferenciais exercidas entre capital e trabalho. Na outra ponta das tensões, agindo reativamente aos processos reivindicatórios, o capital em sua forma de ofuscar as relações reais de produção, acaba por demonizar o elo central que tem o potencial aglutinador entre todas as classes trabalhadores que é, de fato, a dimensão ontológica do trabalho.

## **Breves considerações**

Nesse sentido, o silenciamento das dimensões materiais que estabelecem o nexos causal entre humanidade e positividade pelo trabalho, opera também como eixo desarticulador das noções de reconhecimento, identificação e percepções sobre a ação dos trabalhadores e seu potencial transformador. É nessa chave que buscou-se iluminar como o efeito da ideologia

---

<sup>2</sup> MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007, p.47

dominante operado na consciência do indivíduos atua por dissimular formas de apreensão das condições reais de produção e que, como consequência, obnubilam o resultado do processo de trabalho, que assume uma forma estranha a própria classe trabalhadora. Nesse sentido, desvirtuar o sentido do trabalho do próprio trabalhador opera não só um sentido negativo no potencial de leitura da própria realidade, como também atrofia o potencial organizativo reivindicatório de transformações associadas a melhores condições de vida e trabalho.

## Referências

IASI, Mauro Luis. Ensaio sobre a consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2011

MARX, Karl. O capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007

MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: Costumes em comum: Estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.